



Urge contar: as histórias que se impõem ao escritor Germano Almeida

Urgent to tell: stories that impose themselves to writer Germano Almeida

Pollyana dos Santos Silva Costa¹

Resumo: No romance *Os dois irmãos* (2000), o escritor cabo-verdiano Germano Almeida refere-se à urgente necessidade que sentiu de contar a história por ele testemunhada. A obrigação de narrar o acontecido deve-se ao fato de, para o autor, essa atividade possuir uma função libertadora. Nesse artigo, a apropriação que o romancista faz do ato da escrita é comparada ao conceito de refiguração da experiência temporal através da narrativa desenvolvido por Paul Ricoeur.

Palavra-Chave: literatura, experiência, refiguração, Germano Almeida

Abstract: In the novel *Os dois irmãos* (2000), Cape Verdean writer Germano Almeida refers to his urgent need to tell the story he had witnessed. His obligation to narrate what happened is a consequence of the author's belief that the telling of a story has a liberating function. In this paper, the appropriation of the act of writing is compared to the concept of refiguration of temporal experience through narrative developed by Paul Ricoeur.

Keywords: literature, experience, refiguration, Germano Almeida

O romancista cabo-verdiano Germano Almeida atribui o início de seu processo produtivo a uma tentativa de apaziguar as memórias que lhe aterrorizavam, uma vez que começou a escrever ficção aos 16 anos, por ocasião de um naufrágio ocorrido em sua ilha que o impressionou imensamente. Como passou a ter medo das pessoas que se afogaram no acidente, o autor confessa que resolveu registrar “uma história imaginando a forma como elas teriam morrido”² para ver se assim se livrava do pavor que sentia dessa gente. Observa-se, nessa medida, que a ânsia do escritor por relatar os eventos que foram significativos no decorrer de sua trajetória ecoa em sua obra ficcional.

A fim de ilustrar a influência das experiências pessoais no texto do autor, é importante se reportar ao romance *Os dois irmãos* (2000), tendo em vista que o enredo desse livro se baseia em um crime de fratricídio ocorrido no interior da Ilha de Santiago no ano de 1976, em cujo julgamento Germano Almeida atuou como advogado de acusação. Segundo o escritor, muitos anos após o encerramento desse episódio, ele ainda tinha a sensação de ser perseguido pelo assassino confesso, posto que sua história não lhe saía

¹ Doutoranda em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília. Bolsista da CAPES.

² Entrevista concedida ao Jornal A Semana em 11 de fevereiro de 2005.

da cabeça. Destarte, imbuíu-se do dever de escrever esse livro no qual a realidade se confunde com a ficção. É possível evidenciar que a escrita, nesse aspecto, se tornou necessária para que o autor compreendesse não apenas o crime, mas os motivos que levaram o jovem a tirar a vida do parente próximo. Ainda, conforme afirma Germano Almeida, relatar tal caso era-lhe necessário para que se reconciliasse com esse aspecto da realidade presente em algumas culturas de Cabo Verde e que, até então, lhe era desconhecido: tratava-se de um acontecimento em que o indivíduo, para vingar a suposta traição da esposa com o irmão, esfaqueou o rival até a morte. A perplexidade do escritor pode ser explicada pelo fato dele pensar que, anos após o povoamento do Arquipélago, os costumes tradicionais das antigas etnias que vieram habitar a região tivessem cedido completamente o espaço à nova configuração que surgiu com o colonialismo e posterior independência da nação. No entanto, diante da convivência com aquela comunidade durante e depois do julgamento, o escritor percebeu que a atitude tomada pelo homem (nomeado ficticiamente de André) era a única a ser esperada dele, posto que fosse também exigida pelos seus pares. Esse foi o argumento utilizado no romance, por exemplo, nas alegações de recurso do advogado de defesa do protagonista, que, na tentativa de reverter a decisão final que condenava o réu:

considerou-a dubidativa, senão mesmo ligeira e leviana, e para melhor exortar o Supremo Tribunal a revogar aquela injusta sentença não teve nenhuma dúvida em afirmar que o Réu não tinha sido senão um mero instrumento de execução de um irrevogável mandato popular, tão ínsito na consciência daquele povo que o seu desrespeito teria sido um escandaloso ultraje a valores que estão muito acima e muito para além da consciência individual (ALMEIDA, 2000, p. 13).

Para chegar à conclusão de que o criminoso havia sido obrigado pela coletividade a agir de maneira violenta contra o irmão, o escritor precisou entender a mentalidade do grupo ao qual pertenciam os envolvidos na tragédia. Destarte, a sua convivência com a alteridade presente nesse meio foi fundamental para a elaboração da história que contaria. Conseqüentemente, a apropriação do ato da escrita feita por Germano Almeida pode estar relacionada ao conceito de refiguração da experiência temporal através da narrativa desenvolvido por Paul Ricoeur. De acordo com o estudioso, por meio da escrita ficcional, é possível tornar compreensíveis os eventos que, no momento em que

sobrevieram, foram ininteligíveis ao sujeito que os testemunhou ou deles participou. Assim, seria possível ver “nas intrigas que inventamos, o meio privilegiado mediante o qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe, e, no limite, muda” (RICOEUR, 2010, p. 4). Precisamente a experiência pela qual Germano Almeida relata que passou ao escrever *Os dois irmãos*, pois, embora soubesse, enquanto advogado, que aquele se tratava de um crime passional, que contava com a confissão do acusado e com provas contundentes sobre sua culpa, continuava enigmático para ele o desenrolar dos acontecimentos e sua culminância trágica. Logo, foi necessário ao escritor revisitar os episódios por meio da narração, mesclando fatos verídicos com outros inventados. Por se referir a um julgamento, o texto apresenta uma narrativa polifônica, o que possibilita que os mais diversos atores envolvidos na ação exponham sua perspectiva acerca do acontecimento: os advogados, o juiz, as testemunhas, a família e o réu. Assim, no momento de testemunhar, cada personagem recorre às lembranças que possuem desde as semanas que antecederam o crime até o dia fatídico. A partir dessa estratégia, a narrativa pode transitar do presente ao passado e apontar os acontecimentos que culminaram na tragédia propriamente dita. Destaque-se que o passeio pelos tempos cronológico e narrativo é tarefa fundamental para a compreensão do evento contado. Sobre esse aspecto, a teoria de Ricoeur é esclarecedora, pois pressupõe que, enquanto atividade temporal, a ação de contar histórias nos permite presentificar experiências que já não existem mais. Para um entendimento melhor dessa afirmação, é necessário investigar a maneira como o pesquisador divide a atividade mimética: a prefiguração ou Mímesis I, a configuração ou Mímesis II e a refiguração ou Mímesis III.

Todo processo narrativo implica na pré-existência de uma rede de símbolos inerentes à ação humana que será representada. É essa rede que dá legibilidade ao agir, sendo imperativo, portanto, entender previamente o significado das ações simbólicas a fim de interpretar o texto literário, uma vez que representar a ação significa “em primeiro lugar, pré compreender o agir humano [...] é nessa pré compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se delinea a construção da intriga e, com ela, a mimética textual literária” (RICOEUR, 2010, p. 112). Entretanto, o pesquisador chama atenção para a necessidade de que o indivíduo esteja inserido no ambiente onde se desenvolve certo sistema simbólico cultural para que compreenda seu significado. Sobre essa perspectiva, o romance de Germano Almeida se alia à teoria ricoeuriana, tendo em vista que o escritor busca, em sua vivência dentro da aldeia onde o crime aconteceu, a interpretação para o acontecimento e, só depois que o sistema de símbolos daquela cultura se lhe tornou

inteligível, ele se fez apto para registrar sua experiência e percepções acerca do crime. É, portanto, no entendimento prévio do agir humano que a Mimesis I se insere.

Chega-se então, à composição da intriga ou ato configurante, atividade fundamental ao processo mimético, pois é ela que transforma o acontecimento em história. É interessante mencionar o fato de que, para Ricoeur, há histórias ainda não contadas que se impõem ao sujeito, obrigando-o a fazê-las emergir por meio do ato narrativo. Semelhante afirmação pode explicar o motivo que levou Germano Almeida a sentir a imposição em falar sobre o que aconteceu com André. Com efeito, o escritor reitera ter sido atormentado pelo episódio até o momento em que decidiu transformá-lo em uma obra de ficção, pois, apenas compreender a cultura na qual o crime ocorreu não parecia ser o suficiente para ele. Segundo o autor, tornou-se forçoso apreender o sentimento do protagonista, no anseio por perceber o que se passava em sua mente até o momento em que tomou a decisão de pôr fim à vida do irmão. Além disso, a inquietação de Germano Almeida só poderia se aplacar a partir da representação escrita daquela história que o marcou. No texto, é possível observar que, em vários momentos, o autor parece tentar compreender os verdadeiros motivos de André para cometer o crime, daí as cenas em que se desenham as características psicológicas do personagem como, por exemplo, suas reflexões sobre o casamento prematuro e o seu relacionamento com o irmão, o arrependimento em ter regressado de Portugal, o desejo de pedir o divórcio e retornar para a Europa e até o ressentimento por estar sendo desprezado pela comunidade que esperava pela vingança tardia. Pode-se sugerir que essa foi a estratégia utilizada pelo escritor para humanizar o indivíduo que fora acusado por ele na vida real e que, agora, havia se transformado em um personagem. A partir da representação escrita, é possível ao escritor olhar para André não como mais um réu, mas como um homem sujeito às regras e imposições da sociedade na qual se insere.

Além disso, parece ter sido imperativo a Germano Almeida fazer justiça à história desse homem, não permitindo que ela fosse silenciada ou esquecida. Nesse sentido, o escritor configura-se como um guardião da memória não somente desse indivíduo específico, mas de toda a sua comunidade, que também é emudecida dentro do projeto nacional forjado pela classe dominante. Reflexão que coaduna com o pensamento de Ricoeur sobre a importância de se narrar as experiências dos oprimidos, uma vez que eles encontram-se impossibilitados de fazê-lo. Segundo o pesquisador, “as vidas humanas precisam e merecem ser contadas. Essa observação ganha força quando evocamos a necessidade de salvar a história dos vencidos e perdedores. Toda história do sofrimento clama por vingança e pede narração” (RICOEUR, 2010, p. 129).

Portanto, ao fazer uso do dever de lembrar por meio da escrita ficcional, Germano Almeida denuncia a violência sofrida pelos grupos minoritários de Cabo Verde, que teve seu início no período colonial e perdurou após a independência. No romance, o escritor se refere à maneira como indivíduos, oriundos de diversas etnias da costa oeste africana, foram trazidos à força para povoar o Arquipélago, sendo, depois, abandonados à própria sorte, o que os obrigou a se acomodar às condições de vida degradantes a que foram submetidos. Além disso, suas particularidades culturais também não foram levadas em conta na implantação do modelo de identidade nacional homogênea que servia aos interesses da elite que governaria o país independente. Não obstante, as ações dos integrantes de culturas distintas são avaliadas a partir do modelo legislativo ocidental inserido na nação, o que coloca os grupos minoritários em desvantagem, aumentando o abismo que há entre eles e a classe dominante. Nesse sentido, um julgamento desconsiderando a maneira de pensar da coletividade da qual o réu participa não pode ser considerado totalmente justo. Por isso o romance relata uma conversa travada com os representantes da defesa e da acusação, em um dos intervalos do júri, momento em que o juiz do caso faz um desabafo dizendo ser:

um funcionário do Estado, pago não para acusar ou defender, mas para julgar e condenar aqueles que forem apanhados transgredindo as leis desse mesmo Estado. Só que o Estado não me diz: Aqui está a lei, aplica-a; o que me diz é, julga e pune os que se desviam da minha lei, mas de acordo com ela e a tua consciência. E embora talvez nenhum juiz possa dizer que num momento tal ou tal acatou mais a sua consciência que a própria lei, sinto que, nesse caso que temos em mãos, eu precisava assumir a totalidade da personalidade desse homem, talvez de todo o seu povo, para poder julgar, sobretudo, de acordo com a minha consciência (ALMEIDA, 2000, p. 146).

Semelhante reflexão chama a atenção para a necessidade de se enxergar as diferentes coletividades cabo-verdianas que não se enquadram no padrão nacional que vê na identidade crioula a sua única representação. Penso ter sido essa uma das aflições que constrangeram Germano Almeida a contar a aludida história, conforme é possível apreender de suas próprias palavras retiradas de entrevista concedida por ele:

Eu fiquei a dever este livro ao personagem que eu chamei de André. Um homem que eu julguei, uma vez que eu fui o Procurador da República, o acusador do processo dele, mas que eu não compreendi. Eu também pensava que esse gênero de história já não acontecia em Cabo Verde. Passaram 30 anos e espero que já não aconteçam histórias dessas em nosso país. Se compararmos o Cabo Verde de 1975 com o de agora, temos razões para nos sentirmos orgulhosos daquilo que fizemos [...] Depois do julgamento, ainda fiquei em Santiago. Conheci melhor as pessoas e entendi que aquele era o comportamento normal na comunidade de onde ele vinha. Temos que reconhecer que temos sub-culturas em Cabo Verde. Desde a independência têm se diluído e estou convencido de que vai ser uma só, mas ainda não está. Vim a compreender que esse indivíduo de Santiago tinha sido vítima da sua realidade [...] De maneira que eu disse: Tenho que me reabilitar escrevendo este livro (ALMEIDA, *A Semana*, 2005).

Causa incômodo a maneira como o escritor se refere aos grupos minoritários como “sub-culturas”, pois pode sugerir que ele as considere inferiores à cultura cabo-verdiana dominante, ou seja, a crioula, da qual o próprio autor faz parte. Além disso, o pensamento expresso na afirmação de que a tendência das identidades e culturas nacionais é que se tornem cada vez mais homogêneas vai de encontro à configuração multicultural que tem se desenhado de maneira crescente no Arquipélago.

A escrita narrativa, contudo, para além de sua função libertadora, destaca-se pela capacidade de projetar o mundo e, assim, trazer para a linguagem as vivências individuais potencialmente passíveis de se tornarem modelares para a coletividade. No entanto, é importante salientar que as histórias contadas ou escritas só se tornam modelos de experiência quando são ouvidas ou lidas por outras pessoas. Compreende-se, destarte, que mais do que descrever a história do criminoso acusado por ele, Germano Almeida necessitava que esse relato encontrasse sua conclusão em possibilidades diferentes de interpretações, o que é proporcionado pelo ato da leitura. De fato, Ricouer lembra que é no momento da refiguração que o texto se transforma em obra e isso se dá a partir da interação com seus receptores. Essa situação, além de ampliar o texto lido, já que oferece outras explicações possíveis, também contribui para que o horizonte de existência dos leitores seja expandido. Verifica-se, por exemplo, que a partir da obra ficcional de

Germano Almeida, seu público leitor toma ciência de uma especificidade pouco conhecida na cultura cabo-verdiana, sendo também levado à reflexão sobre a alteridade. A leitura que leva à compreensão do significado da obra abre espaço para que a diversidade ganhe outro significado e deixe de ser vista como algo ameaçador ou exótico, tendo em vista que propõe “um mundo que eu [leitor] poderia habitar e no qual poderia projetar as capacidades que me são próprias” (RICOEUR, 2010, p. 138). Pode-se, portanto, concluir que a reconciliação do escritor Germano Almeida com a história contada por ele em *Os dois irmãos* só encontra sua efetivação na interação de outras pessoas com seu texto.

É possível evidenciar a importância da representação narrativa também em outras obras do escritor como, por exemplo, no romance *A família Trago* (1998). Nesse texto, o personagem narrador recebe do pai a incumbência de reconstruir a história do patriarca da família por meio da escrita: tarefa que, embora a princípio desempenhasse como obrigação, foi se tornando uma atividade cada vez mais estimada por ele. O personagem descobre o prazer não só em contar os causos que colhe dos familiares e conhecidos a fim de traçar o perfil de Pedro Trago, já que ele não chegou a conhecê-lo, mas também em inventar episódios para ocupar as lacunas encontradas no decorrer da empreitada. Com efeito, já no início do romance, o narrador alerta os leitores para o fato de haver ali histórias inconcebíveis que ouviu das pessoas além de diferentes versões sobre um mesmo evento, de maneira que ele precisou recorrer a muitas outras fontes para inventar uma história plausível. Assim não é possível, no texto, diferenciar os episódios que ocorreram na vida de Pedro Trago daqueles que foram criados pelo personagem escritor, dessa maneira, observa-se uma semelhança entre a escrita do narrador do romance e a de Germano Almeida, o que pode apontar para o fato dele se constituir em um *alter ego* do autor.

A possibilidade de tal hipótese ser verdadeira é apresentada no referido texto quando o narrador, ao ser instado pelo pai a tornar-se o memorialista da família, revela seu sonho de ser contador de histórias. Não parece ter ocorrido por acaso o aparecimento do termo pelo qual Germano Almeida define sua atividade de escrita: contador de histórias. Outro aspecto a reforçar esse pensamento é que a estratégia do narrador do romance de buscar nas memórias dos outros a matéria prima para sua escrita ficcional se aproxima do estilo característico de Germano Almeida. O narrador revela que, para conseguir os testemunhos dos familiares, que por vezes não estavam interessados no assunto, ele os subornava, sendo capaz, por exemplo, de passar horas massageando as pernas do tio Serafim, enquanto ele lhe contava as histórias da família. Nesse sentido, constata-se a importância da narrativa dos outros para que sua escrita se efetive.

Ademais, assim como o autor do romance, o personagem escritor apresenta uma narrativa cheia de ironia, com a qual critica os costumes da sociedade em que vive. A biografia do narrador personagem também se aproxima da de Germano Almeida: ambos nasceram e passaram a infância na Ilha de Boa Vista, concluíram os estudos fora da terra natal e se formaram em direito. Verifica-se, ainda, que a narrativa apresenta eventos e pessoas que foram importantes na trajetória que levou o personagem a se tornar um escritor, nesse sentido, pode-se inferir que *A família Trago* trata-se de um romance de formação.

É relevante verificar, no referido romance, os momentos em que o narrador reflete sobre o ato da escrita e de como ela, por vezes, se apóia na sua experiência particular. Ele observa, por exemplo, que por ter passado a infância a ouvir os causos contados pelos mais velhos, também havia desenvolvido o hábito de registrar as histórias como se as tivesse relatando oralmente e, por isso, em seus textos se refletem as características dessa oralidade. Tal aspecto pode ser evidenciado na descrição que faz o narrador sobre a maneira como o tio Serafim possuía:

a habilidade de nos contar as suas histórias pessoais cada vez numa versão diferente, e diante do meu protesto ele respondia, mas a ti que te interessa que seja verdade ou mentira se isso em nada vai afetar a tua vida? Tu alguma vez já viste duas pessoas contar a mesma história da mesma maneira? (ALMEIDA, 1998, p. 108).

Também o romance aponta diferentes versões para os eventos que aconteceram na vida de Pedro Trago. Observa-se, por exemplo, que pelo fato de não encontrar ninguém que tivesse conhecido o patriarca antes de sua vinda para Boa Vista, o narrador cria possíveis histórias sobre seu nascimento, infância e adolescência, até o momento em que sai de São Nicolau. No que diz respeito a sua chegada em terras boa-vistenses são oferecidas variadas possibilidades, posto que os diversos testemunhos acerca desse fato não apresentaram uma versão em comum. Consequentemente, é possível conferir que a história que pretendia contar as memórias da família Trago tornou-se um livro de ficção, da mesma maneira, o Pedro Trago foi transformado em um personagem de romance. Verifica-se que essa também é uma característica presente na escrita de Germano Almeida, uma vez que sua obra, embora recorra a pessoas e eventos reais, refere-se a narrativas ficcionais. O narrador do romance confessa que em seu texto, assim como ocorre na escrita do autor cabo-verdiano, por vezes, os eventos criados confundem-se

com a realidade. Por isso, fica espantado ao se deparar pela primeira vez com uma fotografia de Pedro Trago e perceber que aquele homem tinha existido de fato, destarte, o narrador esclarece seu assombramento ante a figura do bisavô explicando que:

enquanto tinha estado a escrever sobre sua vida ele tinha crescido dentro de mim como uma personagem que inventava e que só existia no meu espírito, mas agora via-o ali em frente a olhar para mim e até chegou a parecer-me que seu sorriso de troça aumentava e como que me piscava um olho cúmplice (ALMEIDA, 1998, p. 58).

O fragmento acima destaca um aparente relacionamento travado entre o narrador e o protagonista de sua obra. Com efeito, o personagem parece estar observando o escritor enquanto ele conta sua história, além disso, a cena sugere que Pedro Trago aprova a narrativa que o parente criou a seu respeito. Esse aspecto se assemelha ao relato de Germano Almeida sobre sentir que é perseguido pelas histórias até que as escreva, momento em que se sente reconciliado com os personagens, como tivesse saldado uma dívida com eles.

A voz do autor

Ressoam de maneira recorrente, na obra do escritor cabo-verdiano, ruídos que podem nos remeter à presença de sua voz nos textos. Ao ser questionado sobre a identificação entre alguns de seus personagens e pessoas reais da sociedade cabo-verdiana, Germano Almeida afirmou que em seus romances:

todos nós somos personagens. Eu próprio sou personagem dos meus livros. Uma vez uma pessoa surpreendeu-me com uma observação curiosa. Leu *O Meu Poeta* e disse-me que eu estava em todos os personagens, mesmo os femininos. E ele tem razão. Eu sei que quando lanço um livro acontece quase uma brincadeira em que as pessoas tentam descobrir quem são os personagens dos meus livros. O interessante é que escolhem sempre mal. Eu tenho um amigo que diz que gosta de um dos personagens de *O Meu Poeta* e diz que é ele. Realmente ele está no livro, mas não naquela personagem que ele pensa (ALMEIDA, *A Semana*, 2005).

Nota-se, por exemplo, no decorrer de todo o romance *O Meu Poeta*, uma discussão sobre o ofício do escritor que pode nos levar a atribuí-la ao pensamento que o próprio autor possui sobre a atividade escrita. É emblemático que três dos personagens desse livro sejam apresentados como ou exerçam a função de escritor: o Poeta, o secretário particular e o Vasco. Assim sendo, cada um deles poderia representar um arquétipo de autor, tendo em vista que possuem características distintas tanto no que diz respeito à sua personalidade, quanto no que se refere ao seu estilo literário. Temos o escritor que defende o uso político-ideológico da poesia e a ela atribui a missão de assumir os ideais mais nobres de sua época, cujo representante ideal seria o Poeta. Apresenta-se também o escritor que utiliza sua arte como instrumento para criticar os males da sociedade em que vive, para quem a ironia é a ferramenta fundamental. Há, ainda, o autor que reflete sobre a sua escrita e, ainda que saiba ser impossível dissociar a arte da realidade em que está inserido, não usa o texto unicamente como arma de ataque aos oponentes, antes, demonstra seu desejo de escrever um romance capaz de compreender e interpretar a sociedade cabo-verdiana: trata-se do Vasco.

A figura desse personagem nos é apresentada por meio das memórias do secretário narrador, uma vez que, no momento da escrita do texto, ele já havia falecido. É importante salientar que o Vasco sempre é colocado em oposição ao protagonista do romance no que diz respeito às suas convicções políticas; enquanto o Poeta defende acirradamente a permanência do PAICV no poder e justifica todas as suas ações, o Vasco figura como uma voz discordante da classe política. No entanto, o antagonismo desse personagem é mais evidente na comparação que é tecida entre a sua obra e a do Poeta nacional. Por um lado, a poesia obesa do 'representante do povo' se assemelha mais a um aglomerado de palavras, conforme demonstra o narrador no seguinte trecho do poema do patrão: "Partidos parte da parte/ Áugures luminosos que/ Iluminam as ilhas de/ Cabo a rabo/ Verdes e já maduras" (p. 42). Em contrapartida, os escritos contidos no diário do Vasco, que em determinado momento chegam às mãos do narrador, apresentam um conteúdo substancial e um estilo narrativo que cativam o secretário de tal maneira que as histórias aparecem intercaladas na biografia do Poeta, que fica suspensa nessas ocasiões. Nesse aspecto, indica como característica alegórica da escrita de Germano Almeida a dúvida que recai sobre o secretário a respeito da veracidade dos apontamentos de Vasco e da existência da amante a que se refere no seu relato. Além disso, o narrador lembra-se de um dia, quando ainda era vivo o Vasco, ter ido visitá-lo em sua casa, onde conversaram sobre o ofício da escrita, ocasião em que o personagem afirmou que era um mero pensador de histórias, não escritor. Curioso é

observar que o autor Germano Almeida compartilha do mesmo pensamento do personagem ao dizer não se considerar um escritor. Ademais, nessa mesma conversa, é possível evidenciar o ponto de vista do autor do romance no que diz respeito ao nível de criticidade dos leitores cabo-verdianos quando o Vasco assegura haver uma “absoluta falta de senso crítico” por parte das pessoas que possuem o hábito da leitura literária no país. O personagem alega, além do mais, que “as pessoas consomem livros, como aliás consomem tudo o que lhes dá” (p. 191). Agora, compare-se o apontamento de Vasco com a declaração dada pelo escritor Germano Almeida na entrevista concedida ao jornal *A Semana*, ao afirmar que “em Cabo Verde temos um problema: as pessoas leem, mas não têm o espírito crítico”. Evidencia-se, portanto, que o personagem do Vasco figura como uma voz do escritor presente na narrativa ficcional.

Ademais, muito se tem especulado sobre possíveis evidências de personagens da vida real representados nos romances do escritor. Fator que se torna comum diante de uma escrita que busca retratar a sociedade do país. Daí compreende-se a dúvida presente na leitura da obra de Germano Almeida no que se refere à veracidade dos fatos e das pessoas narradas. No entanto, deve-se levar em consideração a ironia característica do escritor, o que proporciona que ele revele constantemente uma atitude de troça com seus leitores.

Bibliografia

ALMEIDA, G. **A família Trago**. Mindelo: Ilhéu Editora, 1998.

_____. **Os dois irmãos**. Mindelo: Ilhéu Editora, 2000.

_____. **O meu Poeta**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

_____. Eu nunca quis ser escritor. Jornal *A Semana*. Cabo Verde. Entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2005.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.